

RELATÓRIO EVIDENCIANDO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/20; RESOLUÇÃO 1.142/2021; e IN 18/2021 DO TCE/RS

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, representado pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, nos termos da Lei Municipal nº. 3.631/2012 e alterações; da Constituição Federal art. 31 e 74; da Resolução 1.134/2020, art. 2º, Inciso IV, alínea b; e nos termos das demais resoluções acima elencadas, discorre:

I – Controle e Responsabilidades

- a) Os membros da Unidade Central de Controle Interno do Município foram nomeados conforme portaria nº 84/SG/2017 e portaria nº 003/SG/2020;
- b) A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno do Município cabe à Administração do Executivo Municipal com base na legislação acima referida;
- c) A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e solidariamente pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no município, Executivo e Legislativo, nos termos do que dispõe a Carta Magna no parágrafo 1º do art. 74;
- d) A responsabilidade da Unidade Central do Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.

II – Atividades da Unidade Central de Controle Interno

A Unidade Central de Controle Interno no exercício financeiro de 2022, no que se refere ao Poder Executivo, realizou, entre outras, as seguintes atividades:

- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Verificação e acompanhamento quanto à classificação e utilização dos limites dos créditos orçamentários;
- Acompanhamento na aplicação constitucional de gastos com educação e saúde;
- Acompanhamento da classificação contábil das contas financeiras, patrimoniais e de controle;
- Acompanhamento do inventário do Almoxarifado e Patrimônio;
- Verificação da Integração dos Tributos e Dívida Ativa com a Contabilidade;
- Acompanhamento das receitas e despesas, bem como verificação quanto aos lançamentos por Transferências e Recursos Vinculados;
- Acompanhamento nas adequações do Plano de Contas Aplicado à Administração Pública;
- Acompanhamento da folha de pagamento e despesas com pessoal;

- Acompanhamento do vencimento das férias, convocações de férias e Licença Prêmio vencidas e não gozadas;
- Acompanhamento das Obrigações por Competência: 13º Salário, Férias e Licença Prêmio;
- Verificação de diárias e adiantamentos;
- Verificação no que se refere à idoneidade dos documentos;
- Verificação dos processos de licitações e execução de contratos - Licitacon;
- Verificação e orientação em todas as secretarias, nas mais diversas áreas e assuntos;
- Verificações dos convênios firmados entre o Município e as OSC's, através da Lei 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, bem como as Prestações de Contas;
- Verificações dos contratados de repasses e convênios do Governo Federal através do SICONV;
- Verificações através do sistema de controle de frotas do município: monitoramento do consumo de combustíveis, diário de bordo e manutenção;
- Atendimentos ao TCE/RS nos pedidos de informações, questionários e denúncias, bem como auxílio nas auditorias in-loco;
- Verificação e assinatura nos processos de aposentadorias (SAPIEM);
- Verificação e assinatura dos contratos temporários (SIAPES);
- Verificação e assinatura de admissões por Concurso (SIAPES/WEB);
- Verificação e assinatura na Prestação de Contas ao TCE/RS (SIAPC-PAD);
- Assinatura na Folha de Pagamento (RDI);
- Elaboração e assinatura da Manifestação Conclusiva do Controle Interno (MCI);
- Acompanhamento e assinatura do SICONFI referentes dados enviados para STN;
- Elaboração mensal de relatórios de atividades encaminhados para o Prefeito Municipal;
- Verificações documentais do Legislativo;
- Relatório do Legislativo Municipal em separado.

III – Manifestação conclusiva sobre o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, com ênfase no previsto nos incisos II a VI do art. 59 da referida norma.

I – Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

As metas previstas no PPA 2022/2025 foram realizadas na maioria de acordo com o previsto no que diz respeito em específico ao exercício de 2022, grande parte das ações foi executada em conformidade com o disposto na LDO e foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas, a regra foi à execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois dificilmente a execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, no transcorrer do exercício que se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

As metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, que deram base para o orçamento do Executivo no ano em análise foram cumpridas conforme Lei Orçamentária Anual do Exercício:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Total do Orçamento Consolidado Atualizado com Suplementação e Redução

Orçamento inicial previsto no exercício de 2022 (consolidado) foi de **R\$ 283.400.000,00** (Duzentos e oitenta e três milhões e quatrocentos mil reais), com as suplementações resultou em **R\$ 330.802.871,59**, (Trezentos e trinta milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

A Receita efetivamente arrecadada em relação à previsão atualizada no orçamento de 2022 foi no valor de **R\$ 330.802.871,59**, (Trezentos e trinta milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos), representando 16,7265% a maior que o inicialmente previsto. A diferença na arrecadação a maior ocorreu nas Receitas Correntes e Correntes Intra-Orçamentárias, já a arrecadação das Receitas de Capital ficou menor que a prevista, demonstrado abaixo:

Receita Prevista/Realizada

Dotação Inicial da Receita Prevista Consolidada	283.400.000,00
Arrecadação da Receita	330.802.871,59
Arrecadação a maior que a prevista	47.402.871,59
Receita Corrente Prevista	219.328.500,00
Receita Corrente Arrecadada	262.855.801,01
Receita Corrente Arrecadada a maior	43.527.301,01
Receita de Capital Prevista	15.661.500,00
Receita de Capital Arrecadada	10.897.146,09
Receita de Capital Arrecadada a menor	(4.764.353,91)
Dotação Inicial da Receita Prevista Prefeitura	234.990.000,00
Arrecadação da Receita	273.752.947,10
Arrecadação a maior que a prevista	38.762.947,10
Dotação Inicial da Receita Prevista RPPS	48.410.000,00
Arrecadação da Receita	57.049.924,49
Arrecadação maior que a prevista	8.639.924,49

A Receita Arrecadada no Exercício de **2022 superou a previsão inicial em R\$ 47.402.871,59, (quarenta e sete milhões quatrocentos e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos); a receita corrente** arrecadada no exercício de 2022 superou a receita prevista em R\$ 43.527.301,01, (quarenta e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e um reais, setenta e um centavos); e a **receita de capital** ficou abaixo da prevista no valor de R\$ (-) 4.764.353,91 (quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos). **Sendo assim**, verificamos aumento na Receita Corrente Arrecadada e diminuição na Receita de Capital, devido a não realização da execução de obras que

estavam previstas no orçamento, e consequentemente a não liberação de valores referente Operações de Créditos.

A dotação prevista para o RPPS foi de 48.410.000,00 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e dez mil reais) e a arrecadação foi de 57.049.924,49 (cinquenta e sete milhões, quarenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Despesa Prevista/Realizada

A dotação da despesa inicial prevista no exercício de 2022 foi no valor de R\$ 283.400.000,00, (duzentos e oitenta e três milhões e quatrocentos mil reais) e atualizada no valor de R\$ 316.273.578,02 (trezentos e dezesseis milhões, despesa empenhada na prefeitura foi de R\$ 288.191.922,55 (duzentos e oitenta e oito milhões, cento e noventa e um mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e despesa liquidada de R\$ 285.183.187,60 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e oitenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos, incluindo o superávit e todos os Recursos Vinculados, conforme quando abaixo:

Valores Município Consolidado	
Total Dotação Despesas Inicial	283.400.000,00
Total Dotação Atualizada	316.273.578,02
Valores Prefeitura	
Dotação inicial	235.755.500,00
Dotação atualizada	299.886.013,84
Despesa Empenhada no Exercício	288.191.922,55
Despesa Liquidada no Exercício	285.183.187,60
Valores do RPPS	
Despesa Inicial Prevista	48.410.000,00
Dotação Atualizada	48.410.000,00
Despesas Empenhadas	47.060.397,15
Despesas Liquidadas	47.057.262,25
Superávit RPPS	9.989.527,15
Despesa Corrente Inicial Prevista Prefeitura	192.360.500,00
Dotação Atualizada	252.141.013,84
Despesas do Exercício Empenhada	241.131.525,40
Despesas do Exercício Liquidadas	238.125.925,35
Despesa de Capital Inicial Prevista Prefeitura	28.979.500,00
Dotação Atualizada	49.806.716,58
Despesas do Exercício Empenhadas	32.903.156,64
Despesas do Exercício Liquidadas	23.469.464,9

PATRIMONIAL

Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido

RES ACUMULADO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Consolidado	402.017.119,25
Prefeitura	395.842.377,62
RPPS	6.174.741,63

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resultado Patrimonial no Exercício 2022	
Consolidado	92.025.751,90
Prefeitura	84.392.372,62
RPPS	7.633.379,28

As Variações Patrimoniais no Exercício de 2022 resultaram em R\$ 92.025.751,90 (noventa e dois milhões, vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais e noventa centavos), sendo na prefeitura 84.392.372,62 (oitenta e quatro milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos) no RPPS, R\$ 7.633.379,28 (sete milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte oito centavos).

II – Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar

Operações de Crédito

De acordo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “d” do inciso I, art 55, demonstrado através do Relatório (modelo nove) demonstrativo dos limites – RGF. As Operações de Crédito Internas e Externas, não foram comprometidos valores atendendo o limite legal máximo conforme resolução do Senado Federal nº. 43/2001, artigo 7º é de 16%. Não foram utilizados Operações de Crédito por Antecipação de Receita – ARO.

Inscrição em Restos a Pagar

De acordo com a LC 101/2000, art 54, e alínea “b”, inc. III art 55 foram inscritos no encerramento do exercício de 2022, em restos a pagar o valor de R\$ **29.866.240,59**, (Vinte e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos), valor este inscrito em Restos a Pagar Processados com suficiência financeira.

Salientamos que não houve inscrição de restos com insuficiência no exercício de 2022, atendendo assim a gestão do governo no exercício.

III – Medidas adotadas para o retorno das despesas total com pessoal ao respectivo limite, nos termos do art. 22 e 23 da LRF

Atendendo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “a”, inciso I, art 55, o índice apurado no exercício de 2022 foi de **53,23%**, da receita corrente líquida, incidindo no limite prudencial – LRF, parágrafo único, art. 22.

GASTOS COM DESPESAS DE PESSOAL	
Total RCL	R\$ 259.251.520.57
Totais Despesas c/pessoal	R\$ 137.429.858,10

Cabe salientar que o acréscimo referente ao índice de gastos com despesas de pessoal, deriva das alterações e modificações promovidas pela L.C. 178/2020, que alterou os arts. 18 19 e 20 da LRF/2001, bem como, o disposto no Anexo VI, da Portaria nº 1.467/2022, que trata sobre o déficit e equilíbrio financeiro dos fundos em capitalização dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, e os ofícios Circulares do TCE/RS 45/2022 e 03/2023 que promovem medidas obrigatórias a serem cumpridas pelos municípios, **onde a alíquota suplementar passou a contar índice de despesas com pessoal a partir de janeiro de 2022,**

IV – Providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites

Atendendo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “b”, inciso I, art. 55. Não houve aplicação deste inciso sobre a receita corrente líquida, previstos no Inciso III do parágrafo 1º do art. 59 da LRF e Inciso II do art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal.

V - Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei Complementar:

No exercício de 2022 não houve ingresso de recursos obtidos com alienação de ativos, e assim atendidos as disposições previstas na Constituição e na Lei Complementar 101/2000.

DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Referente à regularidade e tempestividade das Conciliações Bancárias, conferem de acordo as verificações realizadas e a emissão do Boletim de Tesouraria.

DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS DOS AGENTES PÚBLICOS

A guarda referente às Declarações de Bens e Renda dos Agentes Públicos está de acordo o exigido na Resolução TCE/RS, nº 963/2012 e realizado pela Unidade de Pessoal.

DA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS, SEUS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS

De acordo com as Atas de Encerramento do Inventário de Bens no exercício de 2022, entregues a UCCI, as mesmas foram elaboradas atendendo ao art. 96 da lei 4.320/64. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, verificamos a Valorização e Ganhos/Desvalorização e Perda de Ativos, com Resultado Patrimonial no período de R\$ 92.025.751,90 (Noventa e dois milhões, vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa centavos).

DA CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Município possui integração dos diversos sistemas que compõe as informações com o Sistema Contábil, atendendo todas as exigências legais e pertinentes, as quais são mensalmente conferidas e ajustadas com base em decisões e configurações que se fizerem necessário em relação às informações.

DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TCE/RS NO EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDEPENDENTE DO ANO DO PROCESSO

Foram atendidas e cumpridas no exercício de 2022, Decisões do TCE/RS, n.º 02825-0200/15-5, bem como, foi realizado a quitação referente às Certidões Decisão de Título Executivo n.º 0350/2022.

**PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL,
NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/2020;
RESOLUÇÃO 1.142/2021 e IN 18/2021 DO TCE/RS**

Em nossa análise, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pela Unidade Central de Controle Interno - UCCI, sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, referente ao atingimento das metas estabelecidas, no que diz respeito às contas do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, durante o exercício de 2022, representaram adequadamente, em seus valores relevantes a posição de 31 de dezembro de 2022, de acordo com os demonstrativos acima e demais documentos contábeis levantados.

O Executivo também cumpriu com os demais quesitos quanto à regularidade e confiabilidade das demonstrações: Conciliações Bancária; Inventário de Bens Patrimoniais; Demonstrações Contábeis; Cumprimento das Decisões de Tribunal de Contas prolatadas no exercício correspondente; da Guarda das Declarações de Bens e Renda.

Diante do exposto, confere-se a regularidade dos registros.

Santo Ângelo, RS, 15 de fevereiro de 2023.

Iloide Maria Hentges
Contadora CRC/RS-064603/0-4
Coordenadora UCCI